

Narrativas da Diferença na Imprensa Alternativa: Tensionamentos interseccionais



Alternative Press Difference Narratives: Intersectional Tensioning

João Lúcio Mariano Cruz*

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, GO, Brasil.

ORCID:0000-0003-2022-4370

*Autor Correspondente (e-mail: joaolmcruz@gmail.com)

Resumo: Os resultados aqui apresentados foram encontrados em nosso estudo, que analisou tensionamentos entre mulheres, pessoas negras e homossexuais a partir do jornal *Lampião da Esquina*. Este impresso alternativo circulou de 1978 a 1981, conduzido por homens gays que propunham diálogos com lésbicas, travestis, pessoas negras e feministas. Escolhemos as perspectivas da Dialogicidade e da Interseccionalidade como possibilidades teóricas de olhar para os conflitos, na procura por emancipação, observados especialmente nas páginas deste jornal, mas também em outras publicações da imprensa alternativa. Recorremos à leitura deste passado para estabelecer relações com as significações do presente, interrogando ao futuro a importância da produção simbólica do jornalismo na construção de sentidos e suas dinâmicas com o poder. Em termos metodológicos, utilizamos análise interpretativa da cultura (GEERTZ, 1989) em convergência com a análise de discurso (ORLANDI, 2009). As edições acionadas nos possibilitam visualizar que as tentativas dialógicas entre diferentes grupos subalternizados são tensionadas por diferentes pontos de vista, experiências e especificidades das demandas e das opressões estruturais; e que a imprensa alternativa alinhada à discussão da diferença trouxe novas perspectivas para a produção de sentidos sobre pessoas LGBTs, negras e feministas.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Dialogicidade. Diferença. Imprensa Alternativa. Homossexualidades.

Abstract: The results presented here were found in our study, which analysed tension between women, black people and homosexuals in the newspaper *Lampião da Esquina*. This alternative periodical circulated from 1978 to 1981, run by men who proposed dialogues with lesbians, transvestites, black people and feminists. We have chosen the perspectives of Dialogicity and Intersectionality as theoretical possibilities of looking at conflicts, in the search for emancipation, observed especially in the pages of this newspaper, but also in other publications of the alternative press. We resort to the reading of this past to establish relations to establish relations with the meanings of the present, questioning to the future the importance of the symbolic production of journalism in the construction of meanings and its dynamics with power. In methodological terms, we use interpretive analysis of culture (GEERTZ, 1989) in convergence with discourse analysis (ORLANDI, 2009). The issues triggered us enable us to visualize that dialogic attempts between different groups subalternized are tensioned by different points of view, experiences and specificities of the demands and structural oppressions; and that the alternative press aligned to the discussion of difference brought new perspectives to the production of meanings about LGBT, black and feminist people.

Keywords: Intersectionality. Dialogicity. Difference. Alternative Press. Homosexualities.

1. Introdução

Enquanto construtor simbólico, o Jornalismo produz e transmite sentidos conduzidos por condições sócio-históricas. Nesse sentido, as narrativas contadas pela Imprensa Alternativa¹ acerca da diferença², seja de sexualidade, de gênero, étnico-racial ou de classe, guardam relação com deslocamentos de sentidos provocados por mudanças culturais localizadas historicamente. Por isso, buscamos em produções da chamada Imprensa Alternativa brasileira das décadas de 70 e 80 significações de uma comunicação em movimento para interrogar ao futuro narrativas que deem conta da polifonia social que complexifica nossa sociedade.

Os resultados aqui apresentados foram extraídos de conclusões em nossa pesquisa no Mestrado, materializada na dissertação³ intitulada “Qual é a tua, oh, Lampião? Tensionamentos em um jornal editado na e pela Esquina”. Neste trabalho analisamos o jornal alternativo *Lampião da Esquina*, que circulou de 1978 a 1981. Conduzido por e para homens gays, o jornal buscou alianças com pessoas negras, feministas e lésbico-feministas, a partir de tentativas dialógicas que provocaram também tensionamentos em suas comunicações.

Assim, partimos do pressuposto de que pensar os processos comunicacionais, em suas relações com a diferença, passa pela atenção aos contextos que levaram à sua existência. Por este ângulo, propomos a busca de dimensões culturais localizadas nos anos 70 e 80, a partir do fortalecimento de narrativas da diferença na Imprensa Alternativa. Para nós, repensar os sentidos sobre a diferença nas rotinas jornalísticas recentes é tarefa que exige um olhar aos passos que nos trouxeram até aqui, para avaliar cicatrizes históricas e possibilidades de regeneração.

Quando falamos de sentidos, e como constroem o mundo humano, estamos falando de cultura, de todo um conjunto de mecanismos simbólicos que também são trabalhados na e pela comunicação. A complexidade da diferença nos traz a necessidade de discutir as relações de poder que a comunicação social, e o jornalismo em especial, podem reafirmar ou ressignificar a partir de construções simbólicas conscientes de diferenças marcadas sócio-historicamente. Afinal, “os sentidos não circulam livremente uma vez que estão sujeitos às representações das relações de poder – e são os poderes institucionalizadas que têm dominado os sentidos da co-

¹ O aparecimento da nominada imprensa alternativa, ou imprensa nanica, no Brasil é indicado por Cílicia Peruzzo (1998) como vinculado aos processos de oposição à ditadura militar. Luis Ramiro Beltrán (2005, tradução nossa), da escola latinoamericana de comunicação, também aponta a mesma origem: “No Brasil, grupos de ousados jornalistas criaram a estratégia da ‘imprensa nanica’ (em miniatura) formada por pequenos jornais, quase clandestinos, como singular expressão de resistência do povo à ditadura”.

² Para Louro (2014), as diferenças e as desigualdades são nomeadas e instituídas no interior das redes de poder. Assim, as normativas culturais historicamente construídas definem as normas de referência (para a sexualidade, o gênero, a racialização e a classe) e os desvios da norma: “Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e passa a ser referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os ‘outros’ sujeitos sociais que se tornarão ‘marcados’, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como ‘o segundo sexo’, e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. (LOURO, 2010, p. 15-16).

³ Defendida e aprovada em fevereiro de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

municação social de nossos tempos [...]”. (DIAS, 2014, p. 333-334).

Utilizamos tensionamentos quando falamos do lugar onde as divergências se cristalizam e as disputas de valores definem um campo de eticidade na busca por reconhecimento, orientados pelo pensamento de Axel Honneth (2003). E encontramos nos conceitos da interseccionalidade e dialogicidade as lentes a partir das quais lemos tentativas dialógicas e tensionamentos na Imprensa Alternativa que levaram a diferença a ser pautada em outras formas.

A definição de dialogicidade que procuramos nos ater se ancora na perspectiva proposta por Paulo Freire (2015), que traça as bases de uma comunicação transformadora do mundo social, capaz de emancipar os sujeitos que dialogam. Freire argumenta que a comunicação se dá pela troca, pelo diálogo e pelo aprendizado mútuo. Nesse sentido, associamos a comunicação libertadora de Freire (2015) aos termos da *Ética da Libertação de Dussel* (2000), que adota a ideia de que a comunicação, para ser transformadora, deve visar processos de dialogicidade com (outras) vozes excluídas.

Por outro lado, a perspectiva da interseccionalidade, enquanto conceito que nos ajudou a ler as publicações, foi cunhada por Kimberlé Crenshaw (1991), embora tenha longa trajetória no pensamento social feminista proposto por mulheres não brancas⁴. Esta perspectiva traz a ideia de uma complexa rede bordada por diferentes marcadores sociais, capazes de estabelecer diferentes experiências entre pessoas, e consequentes especificidades de demanda e agência.

A forma unívoca como pessoas marcadas pela diferença eram retratadas pela Imprensa até os anos 80 cofabricava, com outras narrativas, os discursos de sua abjeção: seres sub-humanos, corpus de crimes, pecados e perversões. No entanto, pequenas mudanças atomizadas dos anos 60 e primeira metade dos anos 70, constatadas na grande imprensa e na imprensa alternativa acerca de narrativas sobre a diferença, ganharam progressiva força no final dos anos 70 e por toda a década de 80 (GREEN, 2000; PÉRET, 2011; FACCHINI e SIMÕES, 2009). Tomados como plataformas políticas⁵ estes espaços de fala representaram instrumentos para disputas simbólicas, a partir de diálogos e também de sua ausência, que desenharam um avanço na polifonia da Imprensa Alternativa.

2. “Qual é a da nossa imprensa?”⁶

Partimos da ideia de que pensar sobre “Qual é a do jornal Lampião da Esquina?” depende de reflexões sobre “Qual é a da nossa imprensa?”, seja a chamada grande imprensa,

⁴ Kimberlé Crenshaw (1991); Avtar Brah (2006); Patricia Hill Collins (2000); Bell Hooks (2013); Angela Davis (2016); Gloria Anzaldúa (1980) e Lélia Gonzalez (1984).

⁵ Cf. Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX, de Ana Flávia Magalhães Pinto (2014).

⁶ Título extraído de notícia homônima publicada na seção Esquina da edição experimental nº 0, de abril de 1978, do jornal Lampião da Esquina.

seja a chamada grande imprensa, via imprensa de “referência”⁷ ou jornais “popularizados”⁸, seja a denominada imprensa alternativa – e sua pluralidade de publicações. Fazemos este exercício com a intenção de pensar a comunicação não apenas como mediadora de informações, mas como produtora/reprodutora de sentidos.

Ao pensar na comunicação como produtora/reprodutora de sentidos, via significados inscritos em discursos, encontramos elementos nas edições do *Lampião da Esquina* que indiciam desigualdades de poder simbólico sobre as narrativas do mundo social. A partir de denúncias nas páginas analisadas, inferimos que, nas produções da mídia brasileira do final da década de 1970 e início da década de 1980, a “distribuição da renda simbólica”⁹ se encontrava bastante concentrada na hegemonia das narrativas heteronormativas e masculinas contadas por vozes de pessoas brancas. Para Medina (2003), esta desigualdade de renda simbólica se vincula a processos situados antes e depois das veiculações. Por isso, para começar a falar de imprensa, julgamos importante mencionar quem a financia de forma majoritária: os anunciantes publicitários.

A produção simbólica que a propaganda realiza, em suas relações com a diferença, foi pauta da edição nº 17, de outubro de 1979, de *Lampião da Esquina*. Na ocasião, foram publicadas opiniões sobre o 2º Encontro Nacional de Criação Publicitária, promovido pelo Conselho Nacional dos Clubes de Criação, em São Paulo. Um dos assuntos que o encontro trataria era a discussão da relação da propaganda com “os grupos discriminados: mulher, negro e homossexuais, com presença de representantes de movimentos organizados destes grupos”.

Após o encontro, *Lampião da Esquina* publicou duas opiniões sobre como a publicidade brasileira se relaciona com a diferença. Um texto assinado por Antônio Chrysóstomo, jornalista especializado em música popular e editor de *Lampião da Esquina*, e outro por Januário Garcia Filho¹⁰, do Movimento Negro Unificado, convidados para um debate do evento. A infrutífera dis-

⁷ Márcia Franz Amaral (2006, p. 3) considera “jornais de referência os grandes jornais consagrados econômica e politicamente ao longo da história, que dispõem de prestígio no país e são dirigidos às classes A e B. Os jornais de referência são também conhecidos como *quality papers* e considerados veículos de credibilidade entre os formadores de opinião.” Estamos tomando como parâmetro estes jornais “tradicionais”, geralmente em formato standard, que se apresentam como portadores de técnicas “objetivas” de informação, no que pese seus alinhamentos políticos com o regime militar ou a força da censura.

⁸ Jornais em formato tabloide, popularizados, com apelos à vendagem. Não se confundem com a comunicação popular. “São jornais baratos, com baixa paginação, vendidos em bancas, que abrigam publicidades de produtos destinados ao público de baixa renda. Também se utilizam de elementos culturais historicamente destinados aos setores populares ou produzidos por eles. Mas o termo “popular”, não significa necessariamente contra-hegemônico, identifica apenas um tipo de imprensa que se define pela sua proximidade e empatia com o público-alvo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato.” (AMARAL, 2006, p. 10-11).

⁹ Medina (2003) enxerga o produtor simbólico (jornalista, publicitário, romancista, etc.) da comunicação como um interlocutor que atua tanto antes da veiculação, como voz social, fonte de significados, quanto depois, na distribuição da renda simbólica na comunicação coletiva, quando reelabora os sentidos distribuídos.

¹⁰ Em pesquisa realizada por Nilma Neres Bispo e Elisângela de Jesus Santos (2017), intitulada “Leci e Januário: escrituras negras contemporâneas na música e fotografia”, publicado na Revista *Ideias*, da Unicamp, consta: “Januário é uma das principais lideranças orgânicas do Movimento Negro contemporâneo, além de ter sido um dos membros fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN). Possui formação e vivência no campo do cinema e, antes de atuar como fotógrafo profissional, na área da publicidade e imprensa, foi soldado paraquedista do Exército Brasileiro. As orientações da mãe serviram-lhe de luz que o conduziu, ainda nos anos 1970, ao trabalho de documentação visual, tanto dos momentos de articulação política e cultural do movimento negro brasileiro, quanto dos aspectos socioculturais da população negra e de grupos situados nos países do continente africano como Marrocos, Togo, Senegal, além de países da América Latina e Europa”

cussão é denunciada pelas duas opiniões, com tensionamentos dirigidos aos “profissionais que criam os anúncios”, sejam “diretores de criação, diretores de arte e diretores das agências de propaganda”.

Para Antônio Chrysóstomo (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 17, out. 1979, p. 3) “o debate teria cumprido o seu fim se tivéssemos podido discutir livremente com os publicitários os estereótipos, a discriminação com que (mesmo quando também homossexuais) nos premiam em seus anúncios e filmes.” Longe disso, o autor acusa a falta de diálogo que impediu que se abordassem as representações sociais na propaganda nacional do contexto, o que, segundo ele mesmo informa, fomenta estas imagens sociais: “o negro é empregado doméstico ou varredor de rua; a mulher, um objeto-prêmio para o macho vencedor; a bicha, bicha mesmo, bem desmunhecada e ridícula em papéis de mordomo, cabelereiro etc.”.

Para Januário Garcia Filho (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº 17, out. 1979, p. 3), cujo texto publicado foi lido durante o encontro, “em todos os níveis da nossa sociedade é evidente o preconceito racial, e não seria a publicidade brasileira que iria fugir a este quadro.” Ele provoca que a propaganda “não está interessada em assumir a bandeira de luta de qualquer grupo discriminado”, mas também afirma “que não somos só um pequeno grupo. Temos certeza de que representamos um peso dentro do consumo estimulado pelos senhores e é exatamente por isso que viemos trazer nosso protesto”. Januário ainda questiona que “os homens que dirigem a publicidade no Brasil estabeleceram que o conceito de beleza, saúde e ascensão social é branco, dentro de uma nação em que o negro é maioria”. E conclui que “a propaganda, fator importante na mudança dos hábitos da população, tem cumprido até agora um papel não apenas alheio à realidade do negro; tem cumprido uma missão de preservar a história da discriminação do negro”.

As duas opiniões colocam, no debate público, até onde as luzes do *Lampião* alcançam os tensionamentos dirigidos a estas pessoas que (re)produzem imagens simbólicas: publicitárias e publicitários. No ato de interpretar o que está ao redor, inclusive os processos culturais que definiram as desigualdades, os construtores simbólicos podem experimentar a tarefa de pensar a diferença em igual dignidade. Entretanto, notamos na construção desta notícia em *Lampião* a ausência da publicação de opinião assinada por Maria Célia¹¹, publicitária carioca que também participou do encontro, representando as mulheres. Para nós, esta omissão sinaliza uma própria contradição na crítica sobre a desigualdade simbólica de narrativas que *Lampião* denuncia na imprensa brasileira, como vemos, uma edição antes, em relação ao Jornal do Brasil (JB), em texto escrito por Dimitri Ribeiro, apontado na maioria dos expedientes como fotógrafo pelo Rio de Janeiro e arte-finalista do jornal *Lampião da Esquina*:

¹¹ Encontramos pistas no currículo Lattes da publicitária, artista plástica e professora carioca Maria Célia Santos Salgado que indicam ser ela a Maria Célia citada na reportagem. Em seu Lattes consta participação no “2º Encontro Nacional dos Clubes de Criação Publicitária. CCSP. Grupos Excluídos da Propaganda. 1979. (Encontro)”; e do “Encontro Nacional da Mulher Brasileira. A Mulher e a Propaganda. 1979. (Encontro)”.

Pode-se então perguntar ao Informe JB: e a omissão dos fatos, também não é crime? A omissão na defesa da pessoa humana, independente de credo, raça, ideologia ou preferência sexual. A omissão de qualquer movimento, seja de negros, homossexuais ou presos políticos (a greve de fome dos presos políticos do Rio só foi tocada nas páginas do Jornal do Brasil quando já estava em seu décimo segundo dia). 'Um jornal é tão bom quanto as verdades que ele diz'. (Pera aí, pessoal, deixa eu ter um frouxo de riso. Quá! Quá! Quá!). (*Lampião da Esquina*, set. 1979, p. 2).

Nesse ponto, olhamos novamente para Medina (2003), que acredita no desafio de “tratar teoricamente e concretizar na prática profissional a narrativa polifônica e polissêmica no jornalismo diário”. Para ela, na medida em que exercitamos a atenção às “estradas de tempos múltiplos (histórico, sociocultural, mítico)” que construíram os processos da interação social, podemos reconstruir narrativas. Lampião sinaliza este exercício ao interrogar, na relação com a diferença, não apenas a grande imprensa ou outros veículos da imprensa alternativa, como também contraditar as narrativas da própria “imprensa homossexual”.

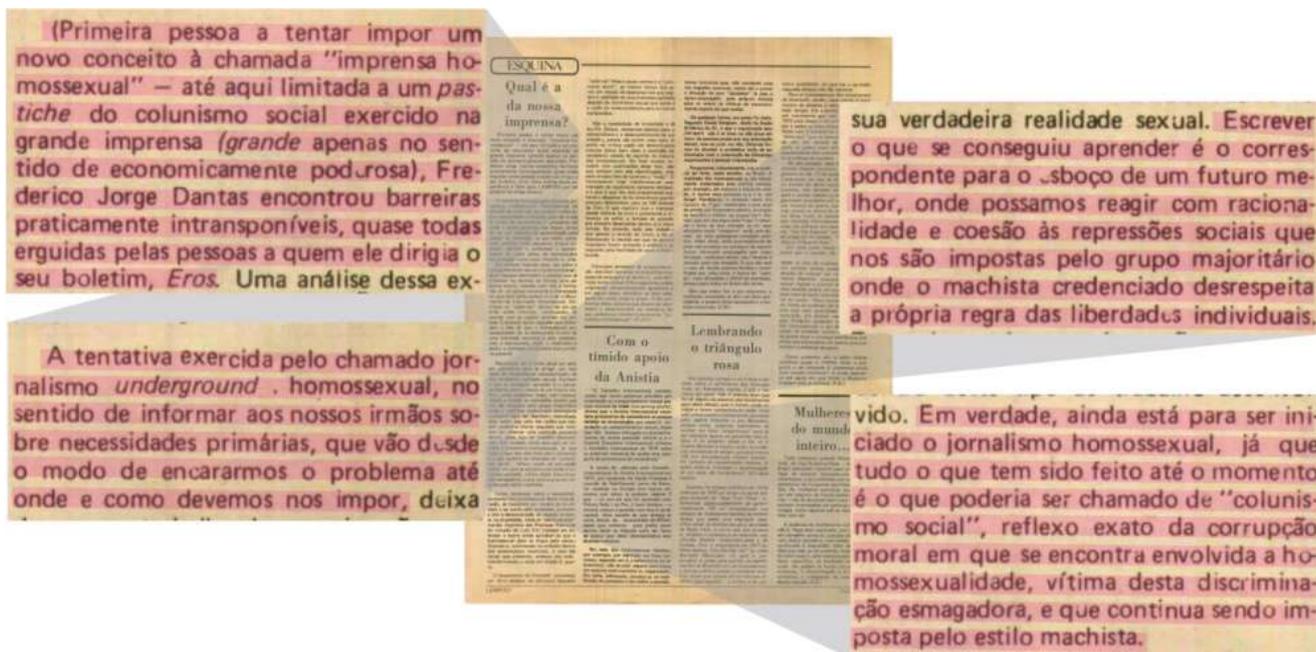
3. Machismo entre homens gays?

Frederico Jorge Dantas¹², em artigo publicado na edição experimental nº 0, de abril de 1978, do jornal *Lampião da Esquina*, faz um relato de sua experiência ao escrever o boletim alternativo *Eros*¹³. Para ele, as primeiras publicações voltadas para pessoas homossexuais na “grande imprensa”, que ele considera “grande apenas no sentido de economicamente poderosa”, eram limitadas “a um pastiche do colunismo social”. Essa limitação fez com que ele passasse a distribuir “cadernos”, dentro de um padrão ainda informal” na tentativa de se criar um “jornalismo underground, homossexual, no sentido de informar aos nossos irmãos sobre necessidades primárias, que vão desde o modo de encararmos o problema até onde e como devemos nos impor”.

¹² Fundador do periódico *Entender*, apontado como colaborador do jornal *Lampião da Esquina*, pelo Rio de Janeiro.

¹³ Editado e distribuído por Frederico Jorge Dantas, em formato de cadernos.

Imagem 1: Notícia “Qual é a da nossa imprensa?”



Fonte: Lampião da Esquina, abr. 1978, p. 5.

Assim, o conceito “imprensa homossexual” é apresentado como lugar de subversão de uma imprensa que impedia que outras narrativas sobre sexualidade pudessem ser apresentadas. No entanto, Dantas (LÂMPIÃO DA ESQUINA, nº 0, abr. 1978, p. 5) relata que neste exercício encontrou “barreiras praticamente intransponíveis, quase todas erguidas pelas pessoas a quem ele dirigia o seu boletim, Eros”: pessoas homossexuais. Para ele, tais barreiras eram “reflexo exato da corrupção moral em que se encontra envolvida a homossexualidade, vítima desta discriminação esmagadora, e que continua sendo imposta pelo estilo machista.”

O “estilo machista” de que fala Dantas sinaliza indícios de uma continuidade de mecanismos hegemônicos androcêntricos em impressos alternativos escritos por gays nos anos de derrubada do regime militar. Ainda que em um ambiente experienciado por gays – pessoas subalternizadas em relação à sexualidade –, a partir das informações sobre disputas políticas contidas em páginas de jornais alternativos, é possível descortinar discursos machistas, além de significados que denotam racismo, ou que sustentam narrativas elitistas em termos de classe.

Em vista disso, nos afeta refletir como as aproximações entre corpos subalternizados são atravessadas por relações de poder, advindas dos processos de aprendizagem e práticas culturais que as tornam construídas socialmente. Com esta reflexão, nos sentimos afetados para exercitar um olhar sobre a continuidade de desigualdades na comunicação que fazemos. Por isso, consideramos que “os corpos ganham sentido socialmente”, conforme nos diz Guacira Lopes Louro (2010), para a qual eles são moldados “no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura”. As diferenças, nessa visão, são “socialmente estabelecidas e codificadas” por relações sociais.

Por esta direção, as relações sociais, que evidentemente abrangem as experienciadas por pessoas subalternizadas, se vinculam ao repertório simbólico histórico de dada sociedade, constituído por significações de poder e, portanto, de hierarquizações. Assim, também acompanhamos a orientação assinalada por Rita Laura Segato (1998) ao considerar as alteridades como invenções históricas, específicas de cada nação, com seus próprios processos que talharam categorias sociais como raça, gênero, sexualidades e classe.

Ao considerarmos as marcas sociais da diferença como signos destas categorias históricas, procuramos atender à necessidade indicada por Angela Davis (2016) e Avtar Brah (2006) de enxergá-los em suas relações complexas, ou seja, pelas lentes da interseccionalidade, para chegar ao terreno das desigualdades transversalizadas. Neste exercício, interrogamos sobre como a experimentação da cidadania na chamada imprensa alternativa brasileira pode nos ajudar a pensar sobre as esquinas onde se cruzam desigualdades históricas.

4. Pluralismo editorial

As publicações que formaram esta imprensa alternativa, embora tivessem o lugar comum de estarem em oposição ao regime militar, representavam uma pluralidade editorial, que abarcava desde jornais financiados por partidos políticos ou sindicatos de esquerda até publicações de movimentos sociais das alcunhadas “minorias”, que se tornaram mais variadas na década de 1970. Incluía, assim, jornais, boletins e zines que funcionavam como uma fonte de informação não apenas alternativa, mas radical¹⁴, dotada de conteúdos contestadores à produção hegemônica.

No Brasil, a expressão ‘imprensa alternativa’ tem recebido conotação específica, entendendo-se por ela não o jornalismo popular, de circulação restrita, mas os periódicos que se tornaram uma opção de leitura crítica, em relação à grande imprensa, editorialmente enquadrada nas regras da censura imposta pelo regime militar, mas confortavelmente assentada na condição de monopólio informativo. Também chamada de ‘nanica’, foi lançada no mercado a partir da década de sessenta, para tornar-se mais freqüente e variada nos anos setenta. (PERUZZO, 1998, p. 120).

No ato de ler esta diversidade de publicações, no entanto, um ponto importante a se destacar é que, nas esquinas por onde circulou a imprensa alternativa, existia uma localização quase fixa de classe. Embora também vinculado aos movimentos sociais, como o jornalismo popular¹⁵ e a comunicação comunitária, o jornalismo alternativo se diferenciou destes em relação à circulação majoritária nos espaços estabelecidos por e para a classe média brasileira, ainda que em uma perspectiva contracultural.

¹⁴ Downing (2002) adiciona a designação radical à mídia alternativa devido ao caráter contra-hegemônico das mídias que se opõem às regras estabelecidas de poder, embora sem romper com todas elas.

¹⁵ Peruzzo (2018) apresenta convergências e diferenças entre comunicação popular, alternativa e comunitária. O termo “jornalismo popular”, aqui, se difere dos chamados jornais populares ou popularizados de cunho sensacionalista.

Imagem 2: Anúncio de jornais alternativos.



Fonte: *Lampião da Esquina*, jun./jul. 1978, p. 14.

Assim, Peruzzo (2018) apresenta que os veículos desta imprensa eram conduzidos por pessoas jornalistas, intelectuais e ativistas políticos advindas de um lugar social privilegiado em termos de classe, que desejavam protagonizar novos processos sociais e buscar espaços alternativos à grande imprensa e ao discurso institucional universitário. Por isso, estes jornais, além de serem vendidos por assinatura, eram comercializados nas bancas mais centralizadas ou em locais como universidades, centro de convenções, bares e livrarias direcionados, majoritariamente, a pessoas com condições socioeconômicas favorecidas.

Outras marcas sociais, no entanto, se cruzavam nas e pelas esquinas da imprensa alternativa onde a diversidade começava a se fazer vista. Este cenário iluminou tensionamentos nas lutas por emancipação cidadã. Assim, apesar de serem uma alternativa ao monopólio da informação da grande imprensa e das agudas críticas ao regime militar, muitos impressos alternativos como *O Pasquim*, que circulou de 1969 a 1991¹⁶, adotavam uma linha editorial não atenta às narrativas reclamadas por pessoas das chamadas “minorias”.

Ainda que *O Pasquim* representasse uma oposição à grande imprensa, e uma mudança em relação às publicações alternativas típicas da esquerda ortodoxa no uso do humor para a crítica cultural, perpetuava opressões contra feministas e homossexuais. A historiadora Rachel Soihet (2007) analisou experiências de machismo e misoginia nas páginas de *O Pasquim*, como esta charge publicada na edição nº 588 do periódico:

¹⁶ Márcia Leme Buzalaf (2009) afirma que *O Pasquim* nasceu no Rio de Janeiro, em Ipanema, e se tornou “o jornal alternativo brasileiro que mais vendeu, e que mais tempo durou”, conseguindo publicar 1.072 edições, durante mais de 22 anos, sendo mais de cinco deles sob censura direta. Sua última edição data de 11 de novembro de 1991.

Imagem 3: O Piche. Charge de Ziraldo.



Fonte: *O Pasquim*, Rio de Janeiro, 3 a 9 out. 1980, p. 8.

Analisada por Soihet, esta charge de Ziraldo¹⁷ busca a desqualificação feminista ao ressignificar um cartaz distribuído por mulheres do Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio de Janeiro, que dizia “Que as mulheres decidam. Nosso corpo nos pertence”. Carregada de signos para depreciar as narrativas feministas e valorizar um discurso da mulher sexualmente objetificada, a charge provocou revolta. Além dos conflitos com as feministas, *O Pasquim* também destilou discursos normativos sobre homens gays, cujas tensões podem ser notadas em *Lampião*.

Em nota intitulada “Dica: o 'Pasquim' nuslê”, publicada na edição nº 2, de jun./jul. de 1978, *Lampião* se posiciona em relação a uma nota provocativa de Roberto Moura¹⁸, d’o *Pasquim*. Inferimos que *Lampião* constrói a expressão “nuslê” valendo-se da mesma estratégia semiótica que dois anos depois Ziraldo utiliza na charge “O piche”: fazer combinações de significados atrelados à imagem da nudez para transmitir discursos de desqualificação protegidos pela máscara do humor. Assim, dissimulados pela narrativa cômica, os objetivos discursivos de “nuslê” e da charge “O piche” se distinguem: constranger os editores heterossexuais de *O Pasquim* versus objetificar e deslegitimar feministas.

Outras estratégias discursivas podem ser percebidas na nota intitulada “A luz tosca de *Lampião*”. Observamos nos sentidos da palavra “tosca” tanto um discurso de vinculação da homossexualidade com tolice, quanto um discurso que associa o *Lampião* a um jornal rudimentar, feito sem apuro, cuidado ou instrução. Além de que, um dos sentidos etimológicos

¹⁷ Cartunista, desenhista, cronista e chargista brasileiro. Foi um dos fundadores de *O Pasquim* ao lado de Tarso de Castro, Jaguar, Sérgio Cabral e Millôr Fernandes.

¹⁸ Jornalista, escritor e crítico de música. Foi um dos editores de *O Pasquim*.

da palavra “tosco” é “vil”¹⁹. Associar à homossexualidade um sentido de algo desprezível e abjeto é ação de múltiplas frentes simbólicas?

Há ainda referência ao *Lampião* como “jornal das tias”, o que sinaliza, por trás do disfarce do humor, tanto o uso de uma simbologia da homossexualidade masculina associada à perda do gênero masculino, como algo negativo, quanto a referência ao envelhecimento dos editores de *Lampião*, também como negatividade. Estes sentidos transmitidos por discursos humorísticos recebem o privilégio de uma “licença poética” face à crítica de sua violência.

No artigo intitulado “A ironia de um certo humor”, publicado na ed. nº 13, de jun. de 1979, Janice Caiafa²⁰, da Comissão de Contra-Infamação do Coletivo de Mulheres, denuncia o machismo no humor de Ziraldo, a partir da análise de uma palestra que ele proferiu em 1979 na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Janice questionou, durante o evento, um humor limitado a combater a ditadura como “única política”, sem se preocupar em também defrontar violências contra homossexuais, mulheres e pessoas negras. No entanto, ao invés de ser respondida, teve sua pergunta neutralizada pelo próprio “uso do humor” e a cumplicidade da plateia. Em resposta no texto, Janice revida que esse tipo de humor fala “a língua velha e dominante de uma política estagnada”.

Janice menciona também que Ziraldo contou à plateia, sob intensos risos desta, “para provar que homem tem timidez de mostrar a bunda e mulher não”, a história “daquela moça que foi posar nua com os homens do Jornal [*O Pasquim*] (eles vestidos, é claro)”. Esta moça é Lucy Mafra²¹, de 23 anos à época, que aceitou se despir em capa do “Pasca” numa estratégia do jornal de usar a nudez feminina para aumentar as vendas. Após este episódio, Joaquim Ferreira dos Santos realiza uma entrevista com Lucy, que sai publicada no *Lampião*, em 1978.

Nesta entrevista, Lucy relata o assédio dos jornalistas de *O Pasquim* e a objetificação sexual que sofreu em vários trabalhos no cinema e na televisão como atriz. A violência do humor de *O Pasquim*, no entanto, também pode ser verificada nesta publicação de *Lampião*, que apresenta Lucy como “um objeto sexual” e não como uma pessoa objetificada. Além disso, *Lampião* usa a ambiguidade de sentidos da palavra “grilo” que, sob o véu do humor, faz uma neutralização das denúncias que Lucy traz.

A partir de uma declaração de Francisco Bittencourt, editor do “Lampa”, na edição nº 14 do periódico, na notícia “Ao Pasquim com carinho”, notamos uma identificação de Lampa com o humor do Pasca. Nela, o autor denota cumplicidade ao expor que “os homens do *Lampião* saúdam os héteros do *Pasquim* pelos seus dez anos de serviços prestados [...]”. Ele ainda relativiza o machismo do “Pasca”, e critica a oposição “das minorias recém-surgidas no Brasil” como “os cristãos das catacumbas, achando que sua política é uma religião, pela qual têm de

¹⁹ Cf. Dicionário Houaiss. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-3/html/index.php#2>. Acesso em 19 dez. 2018.

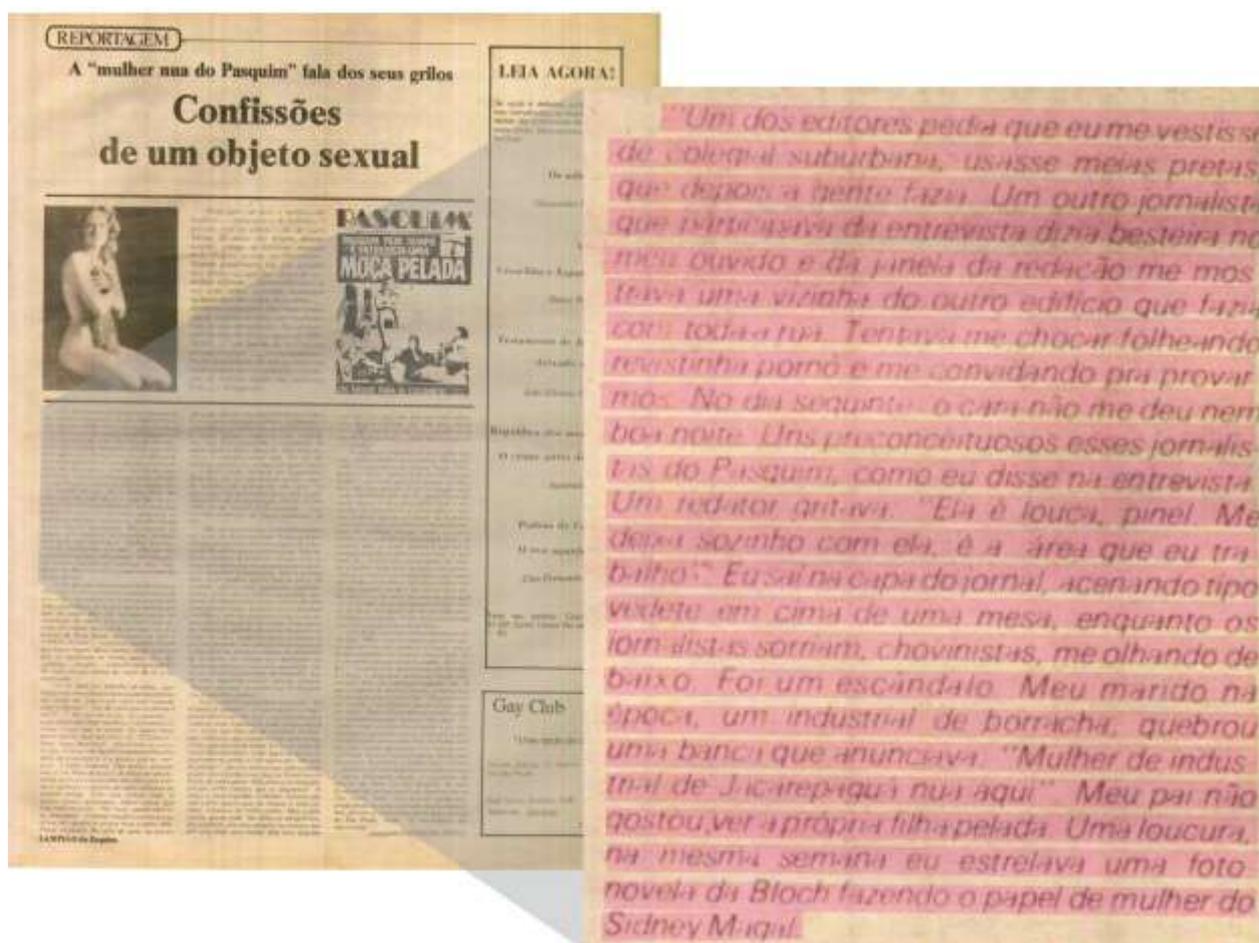
²⁰ Poeta, antropóloga e professora da Escola de Comunicação da UFRJ.

²¹ Atriz da Rede Globo de Televisão por 25 anos. Faleceu aos 60 anos, em 2014, em decorrência de pneumonia e depressão.

dar a vida a qualquer custo, nem que seja inventando inimigos”. Para ele, estas minorias estariam “adotando uma posição conservadora, para não dizer uma escrota posição fascistóide”.

Desse modo, pelo nosso olhar, impressos alternativos como *O Pasquim* renunciaram às esquinas com a diferença, pois possuíam uma perspectiva de ativismo jornalístico contra o regime militar ao mesmo tempo em que riam das demandas das mulheres, das pessoas negras e das pessoas homossexuais. No entanto, há elementos de uma cumplicidade com as narrativas contadas pelo viés do que poderíamos chamar de jornalismo alternativo hegemônico, mesmo entre pessoas que participavam de periódicos que procuravam abrir espaços guetizados, como Francisco Bittencourt no *Lampião da Esquina*.

Imagem 4: Reportagem “A ‘mulher nua do Pasquim’ fala dos seus grilos”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, ago./set. 1978, p. 13.

5. Lugares em que a classe se cruza com outras diferenças

Para caminhar nas e pelas esquinas dessa imprensa alternativa, entendemos que devemos mencionar outras publicações que compuseram sua pluralidade editorial. Para nós, com movimentos que recuam e avançam, com discursos que dizem e contradizem, pessoas negras, mulheres e homossexuais pressionaram nestes espaços algumas perspectivas de cidadania. A trajetória de impressos voltados para homossexuais, mais próxima de nosso olhar, guarda algumas heranças com publicações anteriores mais limitadas que *Lampião* em termos de classe, e menos politizadas no sentido da tentativa de uma comunicação dialógica – em nossa leitura.

Assim, iniciou atividades em 1963, 15 anos antes de *Lampião*, o impresso *O Snob*, conduzido por Agildo Guimarães²² e um grupo de amigos. O impresso, que contou com 99 edições, viria a circular de julho de 1963 a junho de 1969²³. Em sua edição nº 95, de 1968, o impresso publicou o que chamou de “Os dez mandamentos da bicha”²⁴. Chamamos atenção para o mandamento nº 9, que expõe preconceito etário e machista com a performatividade corporal de gays afeminados mais velhos. Em 68, as pessoas que conduziam *O Snob*, ainda jovens, reforçam um discurso que anos mais tarde tenderia a, em relação à idade, os colocar em marginalidade nas relações homossexuais. A representação da identidade homossexual em *O Snob* revela também discursos de uma dualidade fixa de gênero na inscrição da sexualidade, “macho”/ “maricona”, mais tarde combatida em impressos como o *Lampião*.

Enfatizamos a localização de classe em *O Snob*, simbolicamente encontrada na própria escolha do título da publicação, para reforçar que a imprensa alternativa brasileira, em geral, por meio de publicações sindicais, ou político-partidárias, ou via jornais feministas e homossexuais, procedia predominantemente de pessoas da classe média. Por isso, entendemos que os corpos que escreviam nestes jornais inscreviam pontos de vista que passavam por um lugar privilegiado de classe.

Um dos principais editores de *O Snob*, o pernambucano Agildo Guimarães, segundo Flávia Péret (2011), se mudou para o Rio de Janeiro devido à pressão em torno de sua homossexualidade. Em 68, no Rio, após ter fundado *O Snob*, um quadro de agitação social e política de oposição ao regime ditatorial deu uma oxigenada nas articulações entre as publicações dirigidas por e para homens gays, rapidamente abafada pelo governo.

James Green (2000, p. 298) revela que este quadro se desdobrou na Marcha dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho de 1968, importante manifestação popular de protesto contra a ditadura militar ocorrida nas ruas do Rio de Janeiro. Em 13 de dezembro do mesmo ano, o go-

²² Consta como colaborador de *Lampião* da Esquina nos expedientes.

²³ Cf. Flávia Péret (2011) no livro “Imprensa gay no Brasil”.

²⁴ Na lista de orientações constava os seguintes mandamentos: “Amar a todos os homens” (nº 1); “Nunca ficar com um só” (nº 2); “Beijar a todos os bofes” (nº 3); “Evitar falar do futuro” (nº 4); “Quanto mais intimidade na cama melhor” (nº 5); “Fingir que sempre ama um só” (nº 6); “Nunca esquecer os bofes casados” (nº 7); “Evitar falar em dinheiro” (nº 8); “Não querer as mariconas” (nº 9); “Casar só por uma hora” (nº 10). Cf. GREEN (2000, p. 299).

verno militar puniria a ebulição civil com a decretação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, que sinalizou o período mais duro da ditadura militar.

Para Green (2000), os editores de *O Snob* se beneficiaram da atmosfera de insubordinação e fundaram a Associação Brasileira da Imprensa Gay (ABIG), para articular impressos conduzidos por gays. Ainda que limitada a poucos periódicos, e da localidade reduzida, a proposta sinalizou uma mobilização inovadora: “Vários jornais no Rio fizeram dessa proposta uma realidade no início de 1969, ao promover o primeiro encontro da associação que, mantendo a tendência hiperbólica de *O Snob*, foi chamado de Congresso da ABIG.” (GREEN, 2000, p. 313). Após fechar as portas de *O Snob* em 1969 por causa da atmosfera política, Agildo Guimarães reviveu esforços jornalísticos no momento de liberalização do final da década de 70. Em 1977, ele foi um dos fundadores do *Gente Gay*²⁵ e, em 1978, foi lembrado por *Lampião* onde passou a figurar como colaborador do periódico.

Ao ler a carta enviada por Agildo Guimarães e a resposta de *Lampião* percebemos o registro de um diálogo que revela a continuidade de publicações escritas por e para gays. O discurso de *Lampião* é de valorização do papel cumprido por *Snob*. Afinal, o tabu da homossexualidade marcada historicamente limitava que ela existisse nas narrativas jornalísticas, e, nesse sentido, tanto *Snob* quanto *Lampião* vieram a fissurar os muros da invisibilidade. No entanto, as pessoas que acessaram estas fissuras possuíam localizações de gênero, raça, classe e idade que nos auxiliam a interpretar as posições de seus discursos.

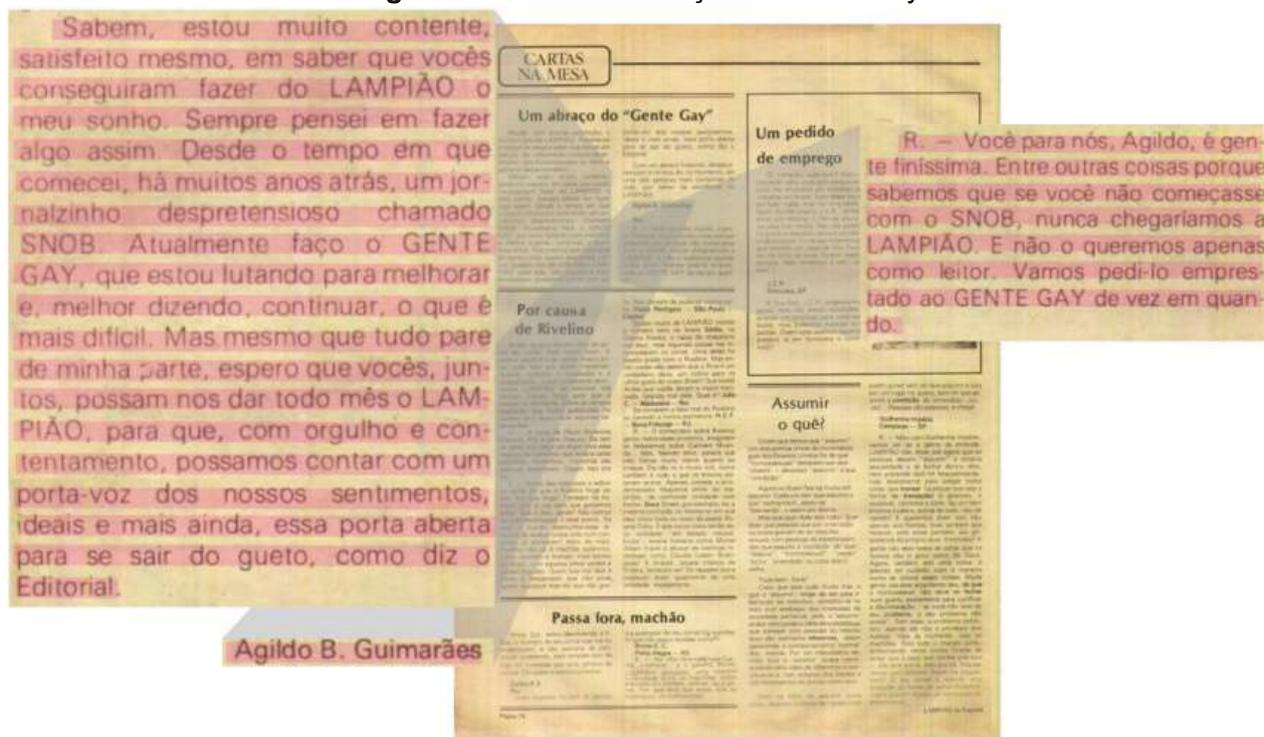
Esse posicionamento, na classe média, do nascente movimento homossexual brasileiro também é indicado por Trevisan (2010). Para ele, com distinções da trajetória do movimento nos Estados Unidos. O autor afirma que nos dois contextos, brasileiro e estadunidense, os movimentos homossexuais surgiram circunscritos às esquerdas, mas que entre as esquerdas dos EUA havia mais polifonia, com mais pontos de vista gerando uma consciência homossexual surgida também das bases e não apenas das elites socioeconômicas. Para Trevisan (2010, p. 50) a eclosão do movimento estadunidense no bar Stonewall Inn de Nova York, em 28 de junho de 1960, refletiu em “farta participação popular, considerando que a revolta contra a polícia foi iniciada espontaneamente pela população homossexual proletária e de classe média baixa que frequentava o local.”

Essa polifonia, em sua avaliação, guarda relação com a descentralização entre as esquerdas estadunidenses, situação oposta ao contexto brasileiro onde “desde o início as esquerdas se nuclearam em torno de partidos centralizadores, autoritários e rigidamente organizados, geralmente ao estilo stalinista.” Essa tradição centralizadora migrou para o movimento homossexual brasileiro com ativistas “distanciados da grande massa homossexual e sem real representatividade”. Sinalizada a especificidade de classe da imprensa alternativa nacional, prosseguimos rumo às esquinas onde se cruzam outras marcas sociais da diferença. Embora o domínio da imprensa alternativa siga centralizado em jornais avessos às narrativas homossexuais, feministas e negras, o ambiente inflamado pelo querosene da expressão destas

²⁵ Lançado em 1977 por Agildo Guimarães e Anuar Farah, era uma publicação impressa e não mimeografada. Segundo James Green (2000), representou a primeira de uma nova onda de publicações que marcaram o início de um movimento politizado de gays e lésbicas no país.

"minorias" criou fissuras.

Imagem 5: Carta “Um abraço do ‘Gente Gay’”.



Fonte: Lampião da Esquina, maio/jun. 1978, p. 14.

6. Fissuras na produção de sentidos

Conflitos editoriais dentro do próprio O Pasquim significaram rupturas. Fundado no Rio de Janeiro por dissidentes do “Pasca”, O jornal Já, de 1971, representou esse processo. Para James Green (2000, p. 417), “O semanário tinha uma coluna intitulada ‘Gay Power’ e uma série de notas breves e notícias reunidas e assinadas por Sylvio Lamenha”.

Ainda na década de 70 e 80, a partir de grupos feministas ou dissidências feministas em grupos político-partidários, as mulheres experimentaram suas publicações de maior circulação na imprensa alternativa brasileira. Assim, fundaram e escreveram Brasil Mulher (1975-1980)²⁶, Nós Mulheres (1976-1978)²⁷, Mulherio (1981-1988)²⁸ e ChanaComChana²⁹, a primeira exclusivamente escrita por mulheres lésbicas, lançada em janeiro de 1981, pelo Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF).

²⁶ Publicado pela Sociedade Brasil Mulher, com 16 edições regulares e quatro edições extras entre 1975 e 1980. Para Rosalina Leite (2003, p. 236) as mulheres que fundaram o Brasil Mulher eram constituídas por “mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), da Ação Popular Marxista Leninista (APML) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8)”.

²⁷ Publicado pela Associação de Mulheres. Rosalina Leite (2003, p. 236), aponta que o Nós Mulheres, mais autônomo, era constituído por mulheres do Debate, grupo formado no exílio por dissidentes “ex-militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres autônomas”. Jornal Nós Mulheres. Digitalizado pela Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/nosmulheres/>. Acesso em 19 dez. 2018.

²⁸ Publicado pela Fundação Ford e Fundação Carlos Chagas. Para Rosalina Leite (2003, p. 237), é o primeiro que já surge institucionalizado, podendo ser considerado uma Organização Não-Governamental (ONG). Jornal Mulherio. Digitalizado pela Fundação Carlos Chagas. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/capas2.html>. Acesso em 19 dez. 2018.

²⁹ Digitalizado e disponibilizado pelo Acervo Bajubá – Memória LGBT. Disponível em: <http://acervobajuba.com.br/?s=mu>. Acesso em: 01 jan. 2019.

Imagem 6: Nota “Um jornal com muitas chanas”.



Fonte: *Lampião da Esquina*, mar. 1981, p. 18.

No mesmo ano em que *Lampião* apagou as luzes de sua redação, veio a surgir o impresso *ChanaComChana* a partir do Grupo de Ação Lésbica-Feminista (GALF), conforme registrado por Dolores Rodrigues em uma das últimas edições de *Lampião*, a de nº 34. “Junto ao gueto lésbico, o grupo [GALF] procurava divulgar seu boletim *ChanaComchana*, criado em 1981. Com periodicidade instável, entre trimestral e quadrimestral, o *ChanaComchana* circulou ao longo da década de 1980.” (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 114).

O lançamento de *ChanaComChana* é indicado por Patrícia Lessa (2007, p. 109-110) como “uma mobilização lesbiana que constrói seu próprio espaço de lutas e sai de dentro dos movimentos feministas e homossexuais”. Para ela, a publicação contou com uma edição em formato de jornal (1981) e doze edições em formato de boletim (1982 a 1987), estando relacionada principalmente às atuações políticas de Miriam Martinho³⁰ e Rosely Roth³¹. Lessa ainda conta que Rosely Roth, judia lésbica paulistana, protagonizou um “Stonewall tupiniquim lésbico” no Ferro’s Bar, em São Paulo.

³⁰ Ativista lésbica que esteve no grupo Lésbico-Feminista, no Grupo Ação Lésbica-Feminista, e uma das precursoras da rede de informação Um Outro Olhar, segundo Lessa (2007). Um Outro Olhar funciona hoje em formato de um site para mulheres lesbianas. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

³¹ Rosely Roth atuou como ativista lésbica em São Paulo nos anos 80; participou dos grupos Lésbico-feminista e SOS Mulher; foi uma das fundadoras do Grupo Ação Lésbica-Feminista; foi uma das vítimas da violência física e simbólica contra mulheres lésbicas, levando-a a cometer suicídio em 28 de Agosto de 1990. (LESSA, 2007).

O bar era frequentado por mulheres lésbicas desde a década de 1960, segundo Facchini e Simões (2009, p. 67-68). No dia 19 de agosto de 1983, Rosely articulou, com outras mulheres lésbicas, feministas e alguns homens gays, uma ocupação no bar, cujos proprietários haviam proibido a venda do boletim *ChanaComChana*. A polícia interveio, mas as mulheres do periódico obtiveram a permissão para vender o impresso no local.

Imagem 7: Algumas edições do Boletim ChanaComChana.



Fonte: Exposição Histórias da Sexualidade, MASP, jan. 2018. Fotografia de Lucas Lustosa.

A busca por uma publicação lésbico-feminista sinaliza uma demanda pela especificidade de mulheres lésbicas dentro da imprensa e dos movimentos feministas e homossexuais. *ChanaComChana* diferenciou-se de impressos como *Nós Mulheres* por representar um outro olhar sobre o feminismo nacional que adveio da esquerda classista. Para Lessa (2007, p. 90), “os movimentos de mulheres dos anos 70 denunciam a dominação sexista existente, inclusive dentro de grupos e de partidos de esquerda”. Jornais como *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* “visavam à conscientização das mulheres trabalhadoras utilizando a linguagem marxista, questionada no início dos anos 80 com a ‘explosão desconstrutivista’”.

Imagem 8: Capa do jornal *Nós Mulheres*.



Fonte: Fundação Carlos Chagas, *Nós Mulheres*, 1976, p. 01.

Na esteira das mudanças, outra publicação, o jornal *Mulherio*, inicia-se em 1981. Mariza Corrêa (2001), que compunha seu corpo editorial, afirma que o periódico foi um dos primeiros a trazer a especificidade da mulher negra. A transformação adveio com a presença de Lélia Gonzalez como uma de suas editoras. Corrêa (2001, p. 18), afirma que a publicação “fez, de início, grande sucesso, contando com cerca de mil assinantes já em seu terceiro número, mas também não conseguiu se manter, como a maior parte das publicações alternativas da época”. O periódico contava ainda com Fúlvia Rosemberg³² e Adélia Borges³³.

³² Segundo Medrado e Lyra (2014), Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg (*in memoriam*) foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde coordenou o Negri (Núcleo de Estudos de gênero, raça e idade). Contam ainda que Fúlvia coordenou a sessão brasileira do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford e idealizou o Instituto Papai, que atua prioritariamente com homens e sobre masculinidades na vida reprodutiva e no cuidado com crianças visando combater expressões do machismo na paternidade. Fúlvia era irmã de Luiz Mott.

³³ Em biografia no site *Mulheres Designers* consta: “Graduou-se em Jornalismo na Universidade de São Paulo em 1973. Atua na imprensa desde 1972, tendo trabalhado em veículos como *Folha de S. Paulo* (1972, repórter da área de Educação), *O Estado de S. Paulo* (1973-79, repórter e subeditora de Cidades e Política, sucessivamente), Fundação Carlos Chagas (1979-82, editora do jornal *Mulherio*), *TV Globo* (1982-84, editora de telejornal), *TV Cultura* (1984-86, diretora do programa diário *Palavra de Mulher*) e Editora *Abril* (1986-87), entre outros. É autora ou coautora de mais de 15 livros”. Disponível em: <http://www.mulheresdesigners.com.br/pag/adelia.html>. Acesso em 14 jan. 2019.

Imagem 9: Artigo “Mulher Negra”.



Fonte: Fundação Carlos Chagas, Mulherio, 1981, p. 08.

Pelo exposto, apreendemos mudanças progressivas nas e pelas publicações feministas, cujo foco em classe e gênero vai se dilatando para um olhar também atento a outras marcas sociais da diferença, como raça e sexualidade. O surgimento de ChanaComChana e a presença em Mulherio – do ponto de vista de uma mulher negra, Lélia Gonzalez – dão sinais de que outras narrativas estavam saindo dos becos onde historicamente foram alocadas, iluminadas pela força da fala.

7. Narrativas antirracistas tensionam

No artigo assinado por Adão Acosta, o único gay negro do corpo editorial de Lampião da Esquina, há um registro de que a imprensa negra se renovou no final da década de 70 e início de 80. Renovação porque a imprensa negra já havia se constituído em outros momentos de nossa história. Isabel Cristina Clavelin da Rosa (2014) relata que a primeira produção jornalística feita por e para pessoas negras surgiu em 1833, vinte e cinco anos após o início da atividade jornalística no Brasil (1808), com o jornal *O Homem de Cor*, que mais tarde se tornou *O Mulato* ou *O Homem de Cor*, conduzido por Francisco de Paula Brito³⁴.

³⁴ No projeto editorial de reflexão e valorização da produção cultural e artística da diáspora negra, a Revista “O Menelick 2º Ato” traz sua biografia: “Francisco de Paula Brito (Rio de Janeiro, 1809-1861), ou simplesmente Paula Brito, como gostava de ser chamado, deu início ao movimento editorial brasileiro. Homem negro de origem modesta e sem instrução formal foi o precursor da imprensa e do mercado literário no Brasil. Tipógrafo, livreiro e poeta, tornou-se o editor preferido da elite carioca e o principal editor da sua época. Sua livraria foi associada ao Movimento Romântico. Reuniam-se em sua loja os romancistas Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, Gonçalves Dias, o compositor do hino nacional brasileiro Francisco Manuel da Silva, Casimiro de Abreu, atores como João Caetano, os jornalistas Firmino Rodrigues e Joaquim de Saldanha.” Disponível em: <http://www.omenelick2ato.com/historia-e-memoria/admiravel-paula-brito>. Acesso em: 08 jan. 2019.

Imagem 10: Notícia “‘Tição’: os negros já falam”.



Exatamente 90 anos depois da Abolição parece que a conscientização do problema do negro na nossa sociedade está começando a merecer maior atenção. No

Paralelamente a tudo isso chega às nossas mãos a revista *Tição* n.º 1, a qual se dedica totalmente ao negro do Rio Grande do Sul procurando dar voz a essa minoria. Entre outros artigos que vão desde a pesquisa das origens do negro no Brasil, destacam-se dois: *Mulher Negra*, com depoimentos de mulheres de vários níveis sociais e *Racismo na Educação*. Nos

Tição é uma publicação da Editora Paralelo 30 Ltda, Rua Lima e Silva, 92/1005 (endereço provisório), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Adão Acosta

Fonte: *Lampião da Esquina*, jun./jul. 1978, p. 05.

Rosa (2014, p. 59) aponta que outros títulos sucederam *O Homem de Cor*: “Brasileiro Pardo, O Cabrito, O Crioulinho e O Lafuente – todos circulantes em 1833”. Em sua análise, apresenta ainda que “*O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social* foi o primeiro impresso a circular em Recife (1876), seguido por *A Pátria*, em São Paulo (1889), e *O Exemplo*, em Porto Alegre (1892)”. Segundo a autora, por meio dessas publicações, pessoas negras formularam falas próprias e as tornaram públicas.

Mas é a partir dos anos 70 que Rosa (2014, p. 68) compreende como um “período em que a efervescência afro-brasileira desencadearia processos políticos como a fundação do MNUCDR (Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial), em 1978, seguindo para a nova formatação de entidades e organizações negras contra o racismo”, sendo uma nova referência para a imprensa negra.

Esta nova referência está presente no registro de Adão Acosta, quando o autor noticia que chegou em suas mãos, em 1978, a publicação *Tição*³⁵, de Porto Alegre, publicada pela Editora Paralelo 30. “Exatamente 90 anos depois da Abolição parece que a conscientização do problema do negro na nossa sociedade está começando a merecer maior atenção”, diz Acosta (LAMPIÃO DA ESQUINA, n.º 2, jun./jul. 1978, p. 05). Para Rosa (2014, p. 563), “*Tição* se destaca pela contundente cobertura da temática negra e pela denúncia do racismo”. Os conteú-

³⁵ A publicação *Tição* contou com duas Revistas (1978 e 1979), e um jornal (1980).

dos construídos pelas pessoas que conduziram *Tição* desenharam uma linha editorial com narrativas interseccionais:

Já a primeira e única edição do jornal, em outubro de 1980, descortina mais temas em franco debate na atualidade, tais como violência racial, discriminação no mercado de trabalho, conjugação das discriminações de gênero e raça e indicadores sociais: “Chega de violência”, cuja charge coloca em primeiro plano um jovem negro e um cerco de policiais a suas costas, “Igualdade e autonomia do negro”, “Negra: discriminada em dose dupla” e “Censo tapa o sol com a peneira”. (ROSA, 2014, p. 563).

Tição era editada pela jornalista feminista negra Vera Daisy Barcellos³⁶, o que indica que a inscrição do gênero na mesma esquina onde se cruza processos de racialização pode revelar novos sentidos na narrativa jornalística, quando o racismo é complexificado na experiência de uma mulher negra. Outras publicações da imprensa alternativa conduzidas por pessoas negras são mencionadas em *Lampião*, como *Sinba*³⁷ no artigo “E o negro, é ‘beautiful’?”, publicado na edição nº 14, de julho de 1979.

Imagem 11: Notícia “E o negro, é ‘beautiful’?”



Fonte: *Lampião da Esquina*, jul. 1979, p. 08.

³⁶ “Jornalista, militante do movimento negro desde a década de 70, editora da revista *Tição*. Atuou por 16 anos no jornal *Zero Hora*, foi editora responsável pelos projetos especiais do jornal *A Voz da Serra*. Assessora de imprensa de Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras/RS.” Disponível em: <https://www.coletiva.net/perfil/vera-daisy-barcellos-a-opcao-pelo-jornalismo,151961.jhtml>. Acesso em: 10 jan. 2019.

³⁷ Em capítulo escrito por Maria Paula Nascimento Araújo, intitulado “uma história do tempo presente: política, esquerda e imprensa alternativa no Brasil dos anos 70”, consta: “*SINBA*, publicado no Rio de Janeiro, era órgão da Sociedade de Intercâmbio Brasil-África. Diretor: Carlos Silveira. Redatores: Amauri Mendes Pereira, Célio de Oliveira, Yedo Ferreira, Togo yoruba. Foi lançado em 1977. Após dois anos de ausência voltou a circular entre 1979/81”. (ARAÚJO, 1999, p. 167).

Neste artigo, escrito por João Carlos Rodrigues, o autor opina que “ainda está para ser feito um estudo do conteúdo” das publicações escritas por e para pessoas negras. Este cenário continua atual, na medida em que encontramos dificuldade em localizar teses e dissertações sobre estas publicações, ou mesmo sobre a biografia das pessoas que as conduziram. No entanto, consideramos que as pistas para “entender por que não surgiu ainda nem o *Lampião* dos negros, nem o Movimento afro-brasileiro, ou ao menos o Pasquim crioulo”, dúvidas de João Carlos Rodrigues, podem ser acessadas no próprio discurso lampiônico.

Apesar de também divulgar o logotipo de *Jornegro*³⁸, em sua edição nº 2, de jun./jul. 1978, p. 14, ao lado de outros logotipos da imprensa alternativa, não encontramos em publicações de *Lampião* sinais de diálogo com as publicações negras contemporâneas às suas atividades. Se discurso é prática, o que é dito e o que não é dito também é feito, “nessa fase atual da vida brasileira onde índios, feministas e homossexuais têm-se organizado e manifestado, uma voz continua estranhamente calada: a do negro.” E este silenciamento, em nosso entendimento, também fez parte da curta vida de *Lampião*.

A voz negra silenciada em *Lampião* é tensionada após a publicação deste artigo, quando algumas pessoas do Instituto de Pesquisas da Cultura Negra procuraram a redação do *Lampião da Esquina*. O resultado da tensão foi a publicação de uma entrevista de capa com Abdias Nascimento³⁹, intitulada “Nessa democracia quem governa é a minoria branca”, na edição nº 15, de agosto de 1979. Após esta importante mudança, *Lampião* também publica em sua edição nº 20, nota assinada por Leci Brandão, que havia sido entrevistada na edição nº 6, e que agora publica um texto de sua própria autoria. Em termos de acesso à escrita no *Lampião* por pessoas negras, além de Adão Acosta e um único texto de Lélia Gonzalez, lemos que o fato mais marcante foi a colaboração de Rubem Confete⁴⁰ ao jornal, da edição nº 22 à edição nº 31.

Assim, enxergamos que os tensionamentos entre pessoas subalternizadas movimentaram a comunicação das décadas de 70 e 80 em relação às narrativas sobre a diferença. Os deslocamentos de sentidos provocados por essas mudanças culturais localizadas

³⁸ Circulou de 1978 a 1981, mesmo período de vida de *Lampião da Esquina*. Digitalizado e disponibilizado pelo Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: http://www.cpvsp.org.br/periodicos_exemplares.php?exemplares=PJORN&titulo=JORNEGRO. Acesso em: 01 jan. 2019.

³⁹ Abdias Nascimento “[...] na década dos 1930, engaja-se na Frente Negra Brasileira e luta contra a segregação racial em estabelecimentos comerciais. Prossegue na luta contra o racismo organizando o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Funda em 1944 o Teatro Experimental do Negro, entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-46. A Convenção propõe à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 a inclusão de políticas públicas para a população afro-descendente e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria. À frente do TEN, Abdias organiza o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950. Militante do antigo PTB, após o golpe de 1964 participa desde o exílio na formação do PDT. Já no Brasil, lidera em 1981 a criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT. Na qualidade de primeiro deputado federal afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta contra o racismo (1983-87), apresenta projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória para construir a verdadeira igualdade para os negros na sociedade brasileira. Como senador da República (1991, 1996-99), continua essa linha de atuação. O Governador Leonel Brizola o nomeia Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro (1991-94). Mais tarde, é nomeado primeiro titular da Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos (1999-2000).” (IPEAFRO, 2017).

⁴⁰ Homem negro compositor, jornalista, roteirista, teatrólogo, radialista, gráfico, cantor, ativista e estudioso das questões afro-brasileiras.

historicamente, revelaram significações de uma comunicação em movimento, que ainda se relaciona com as narrativas de nosso tempo, permanecendo vivas as interrogações a um futuro sobre narrativas que deem conta da polifonia social que complexifica nossa sociedade.

7. Considerações Finais

Conteúdos antidialógicos em relação às pessoas homossexuais marcaram tanto a imprensa “de referência” quanto os jornais “populares” nas décadas de 70 e 80. Contudo, estamos propondo ir além, e apresentar que a invisibilidade lésbica⁴¹, negra⁴² e de classe⁴³ nos jornais conduzidos por gays, e mesmo nas publicações escritas por feministas e gays, fazem parte da dinâmica da cultura excludente dentro de espaços construídos por pessoas que também carregam marcas de processos de subalternização. Assim, o controle de um veículo de comunicação por homens gays, como o jornal *Lampião da Esquina*, representou uma quebra na dominação heteronormativa da imprensa alternativa, mas excluiu possibilidades de afirmação lésbica, negra e feminista.

No entanto, a comunicação transformadora freireana passa por estratégias contraculturais, que, a nosso olhar, são possíveis via tensionamentos que pressionem por uma maior dialogicidade. Com a ampliação das vozes impressas, e as consequentes disputas simbólicas por poderes, a imprensa alternativa, para nós, foi estratégica para a experimentação da cidadania, na medida em que se associava ao direito à livre expressão e à comunicação no Brasil do final da década de 1970. Não uma simples associação, mas tudo que ela representava: o acesso à construção dos sentidos sobre as narrativas sociais.

Enquanto plataformas políticas, alguns destes impressos colocaram a diferença em pauta. Por nosso viés, funcionaram como uma experimentação da cidadania. Essas tentativas dialógicas ou a acusação de suas ausências, carregadas de tensão, em veículos como o *Lampião da Esquina*, foram simultaneamente libertadoras e limitadoras. O desafio continua para nossa imprensa contemporânea se pensarmos que a comunicação é estratégica para se repensar o mundo social: “Comunicação e liberdade são fenômenos coincidentes. Não dicotomizados. A comunicação só se faz autenticamente com liberdade. Por sua vez, a liberdade só se conquista pela comunicação” (MARQUES DE MELO, 1998, p. 266).

⁴¹ Indicada por Carole Vance (1989, p. 29-30, tradução nossa): “Da mesma forma, as subculturas lésbicas estão ausentes dos testemunhos escritos, embora tenham reagido fortemente contra uma representação parcial e distorcida de lésbicas na cultura dominante, que achava ao mesmo tempo ridículo e perigoso reconhecer o amor entre mulheres”.

⁴² Apontada por Lélia Gonzalez (1984, 2018).

⁴³ Reclamadas por cartas de pessoas leitoras de *Lampião da Esquina*, como esta: “Queridas, vocês escrevem livros, pintam retratos, donas de antiquários; enfim, labutam nas artes em geral; organiza-se e faz um jornal; procuram manter aquele círculo fechado; está divino e maravilhoso; agora não me venha com esta de que estão escrevendo no Jornal em prol homossexualismo, vocês não estão fazendo nada pelas bichas pobres!” (*Lampião da Esquina*, jan. 1979, p. 13).

Referências

AMARAL, Márcia Franz. Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular? In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 29., 2006, Brasília. Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Universidade de Brasília, 2006. p. 1-15. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63557889706955819390718237293726753880.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2000.

BELTRÁN, Luis Ramiro. La comunicacion para el Desarrollo en latino-america: un recuento de medio siglo. In: **III Congreso panamericano de la comunicacion**. Painel 3: Problemática de la Comunicación para el Desarrollo en el contexto de la Sociedad de la Información. Buenos Aires: Carrera de Comunicación de la Universidad de Buenos Aires, 2005.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, 2006.

BUZALAF, Márcia Leme. **A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, n. 6, 1991.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Luciene de Oliveira. Desatando nós e construindo laços: dialogicidade, Comunicação e educação. In: VIDAL, Rose; MARQUES DE MELO, José; MORAIS, Osvando J. (Org.). **Teorias da Comunicação: Correntes de pensamento e Metodologia de Ensino**. São Paulo: Intercom, 2014.

DOUWNING, John D. H. **Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Senac, 2002.

DUSSEL, Henrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Julio Assis. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, 1984, p. 223-244.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval:** A homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HILL COLLINS, Patricia. The Social Construction of Black Feminist Thought. In: **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** Nova Iorque: Routledge, 2000 [1990].

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LAMPIÃO DA ESQUINA [Revista]. Rio de Janeiro, 1978-1981 [As edições citadas ao longo deste texto são: n. 0, 1, 2 e 4 (1978), n. 14 e 16 (1979), n. 34 (1981)].

LEITE, Rosalina. Brasil Mulher e Nós Mulheres: Origens da Imprensa Feminista Brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 336, jan./jun. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

_____. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria da Comunicação:** paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente:** narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MULHERIO [Revista]. São Paulo, nº 3, 1981, p. 08. **NÓS MULHERES [Revista]**. São Paulo, nº 2, 1976, p. 01.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

O PASQUIM [Revista]. Rio de Janeiro, nº 588, out. 1980.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2012.

PERUZZO, C. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da Cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Conceitos de Comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. In: **Palavra Clave**, Universidad de la Sabana, 2008. Disponível em: <http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>. Acesso em: 27 maio 2019.

PINTO, Ana Flávia M. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

ROSA, Isabel C. C. da. Racismo em pauta: a pluralidade confrontada no noticiário da Folha de S. Paulo na década de 2000. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2011.

SEGATO, Rita Laura. **Alteridades históricas/Identidades políticas: una crítica a las certezas del pluralismo global**. Republicado em Nueva Sociedad, p. 104-125, 1998.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: Mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, Universidade Federal de Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007.

VANCE, Carole S. El placer y el peligro: hacia una política de la sexualidad. In: **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madri: Talasa Ediciones, 1989.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>.

Recebido em: 07/06/2019
Aprovado em: 31/07/2019